

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.127 - SP (2019/0343849-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **SOMPO SEGUROS S.A.**  
**ADVOGADOS** : **FÁBIO FRASATO CAIRES - SP124809**  
 : **MAURÍCIO SANITA CRESPO - SP124265**  
**RECORRIDO** : **LUIS EDUARDO ONISHI ZANARDO**  
**RECORRIDO** : **MAMEDE ZANARDO**  
**ADVOGADO** : **ARIANE DA CRUZ - SP354451**  
**RECORRIDO** : **TEREZA GRANO QUARTIERI**  
**ADVOGADOS** : **VINICIUS OLIVEIRA SILVA - SP320493**  
 : **HEMERSON CANTOIA - SP422580**

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO. PREVISÃO DE COBERTURA ESPECÍFICA PARA DANOS MORAIS. ACÓRDÃO EM DISSONÂNCIA AO ENTENDIMENTO DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## **DECISÃO**

Consta dos autos que Tereza Grano Quartieri ajuizou ação indenizatória em desfavor de Luis Eduardo Onishi Zanardo e Mamede Zanardo, em decorrência de acidente de trânsito.

O Magistrado de primeiro grau julgou procedentes os pedidos da inicial a fim de condenar os réus, solidariamente, ao pagamento à autora de indenização por danos materiais e morais, acrescidos de juros moratórios e correção monetária. Além disso, julgou procedente a denúncia da lide da empresa Sompo Seguros S.A. a ressarcir os denunciante quanto ao valor da condenação dos danos nos limites contratuais.

Interpostas apelações, a Trigésima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento ao recurso do réu Luis Eduardo Onishi Zanardo e deu parcial provimento ao da autora e ao da seguradora.

O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ, fl. 679):

ACIDENTE DE VEÍCULO AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - ATROPELAMENTO DE PEDESTRE NULIDADE DA SENTENÇA NÃO DEMONSTRADA - CULPA

# *Superior Tribunal de Justiça*

DEMONSTRADA - AUSÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS - VALOR CORRETAMENTE FIXADO COBERTURA SECURITÁRIA INSUFICIENTE PARA CONDENAÇÃO REGRESSIVA EM DANOS MORAIS COBERTURA PARA DANOS CORPORAIS QUE ABRANGE DANOS MORAIS VERBAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA LIDE SECUNDÁRIA AFASTADOS - SENTENÇA MODIFICADA - RECURSO DO CORRÉU NÃO PROVIDO - RECURSO DA AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO RECURSO DA SEGURADORA PARCIALMENTE PROVIDO

Irresignada, Sompó Seguros S.A. interpõe recurso especial com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando divergência jurisprudencial e ofensa aos arts. 757 e 760 do Código Civil.

Sustenta que responde por riscos até o limite da cobertura contratada e que as cláusulas contratuais do seguro devem ser interpretadas restritivamente. Afirma, assim, a inviabilidade de abrangência do remanescente da condenação de danos morais pela cobertura de danos corporais.

Contrarrazões às fls. 747-762 e 767-774 (e-STJ).

Juízo positivo de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

A jurisprudência deste Tribunal Superior, inclusive consolidada na Súmula 402/STJ, é no sentido de que a previsão contratual de cobertura dos danos pessoais (corporais) abrange os danos morais apenas se estes não forem objeto de expressa exclusão ou não figurarem na apólice como cláusula contratual independente.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PREVISÃO DE DANOS CORPORAIS E DANOS MORAIS DE FORMA INDIVIDUALIZADA.

1. Havendo previsão explícita e individualizada para cada tipo de cobertura securitária, conclui-se que indenização por danos corporais

# *Superior Tribunal de Justiça*

não abrange os danos morais, ao contrário do que entendeu o acórdão estadual, pois a apólice contratada previu expressamente o limite da indenização por danos morais.

2. Incidência da Súmula 402 do STJ: "o contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão".

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1153529/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 02/04/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE AUTOMÓVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO (ATROPELAMENTO). RESPONSABILIDADE CIVIL. COBERTURA DE DANOS CORPORAIS OU PESSOAIS. ABRANGÊNCIA. DANOS MORAIS. CLÁUSULA DE EXCLUSÃO. OBSERVÂNCIA. LEGALIDADE. REDUÇÃO DO VALOR. INADMISSIBILIDADE. MONTANTE RAZOÁVEL. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. A previsão contratual de cobertura dos danos pessoais (corporais) abrange os danos morais apenas se estes não forem objeto de expressa exclusão ou não figurarem no contrato como cláusula contratual independente (Súmula 402/STJ).

2. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 378.288/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 4/8/2015).

No caso, o Tribunal de origem, ao analisar a situação fático-jurídica dos autos, consignou expressamente (e-STJ, fls. 682-683):

Com fundamento na razoabilidade e de acordo com as decisões recentes acerca do assunto, entendo que o valor de indenização a título de danos morais em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), deve ser mantida.

E, no que toca à abrangência ou, ainda, extensão da cobertura securitária, em consonância com o quanto supramencionado, a previsão na apólice de seguro para a cobertura por danos morais é insuficiente, limitada em R\$ 5.000,00. Contudo, no caso, embora delimitado o risco no contrato, é possível a condenação regressiva levando em consideração a parcela que integra a rubrica danos corporais para abranger os danos morais, desde que respeitado os limites previstos. Os danos morais estão compreendidos nos danos

# *Superior Tribunal de Justiça*

corporais.

Da análise das razões, constata-se que o acórdão recorrido está em desacordo com o entendimento desta Corte, tendo em vista que deixou estabelecido expressamente que a apólice previu a cobertura de danos morais no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de limitar a cobertura securitária aos valores expressamente previstos na cláusula específica da apólice.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator